ARTIGOS LIVRES

“DESPREZO DAS RIQUEZAS”: ELEMENTOS DA CULTURA MATERIAL INDÍGENA NA CRÔNICA DE JOÃO DANIEL (SÉCULO XVIII)

“CONTEMPT FOR WEALTHS” ELEMENTS OF THE INDIGENOUS MATERIAL CULTURE IN JOÃO DANIEL’S CHRONICLE (18th CENTURY)

Nivaldo Germano dos Santos[1]

Alexandre Guida Navarro[2]

Resumo: O presente artigo explora a Parte Segunda do volume I do *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, crônica escrita pelo jesuíta João Daniel durante os anos finais de sua vida, enquanto esteve preso em Portugal, após a expulsão dos jesuítas da América portuguesa. O texto, de invejável erudição, tanto mais por ter sido escrito de memória, relata todas as “maravilhas” vistas ou ouvidas pelo autor enquanto atuou como missionário no Estado do Maranhão em meados do século XVIII. A crônica combina uma descrição detalhista com uma visão complexa dos modos de vida dos índios. Por isso, discutimos a lógica da existência e das sociabilidades a partir dos elementos da cultura material mais frequentes na obra, a saber, das armas de guerra, instrumentos de casa (utensílios domésticos) e “brasões de nobreza”; observa-se ainda uma interessante contradição no discurso colonial do cronista.
Palavras-Chave: Tesouro Descoberto. Discurso Colonial. Cultura Material Indígena.

Abstract: This article explores the Part Two of the first tome of *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, a chronicle written by the jesuit João Daniel during the final years of his life, while he was imprisoned in Portugal, after the expulsion of the jesuits from Portuguese America. The text, of enviable erudition, so much more because it was written from memory, reports all the “wonders” seen or heard by the author while he served as a missionary in the State of Maranhão in the middle of the 18th century. The chronicle combines a detailed description with a complex view of the Indians' ways of life. For this reason, we discussed the logic of existence and sociability of the elements of material culture most frequent in the work, namely, weapons of war, household instruments (domestic utensils) and “blazons of nobility”, which is an interesting contradiction point of colonial discourse of the chronicler.
Keywords: Discovered Treasure. Colonial Discourse. Indigenous Material Culture.

[1] Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História Social (UFMA) e bolsista CAPES. Contato: ngermano_@yahoo.com.br

[2] Professor Associado II da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Coordenador do Laboratório de Arqueologia (LARQ). Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS). Departamento de História (DEHIS). Bolsista de produtividade do CNPq nível 2. Contato: altardesacrificios@yahoo.com.br

Introdução

A crônica do jesuíta João Daniel, *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* (1757-1776), não foi publicada em seu próprio tempo, por uma série de motivos, mas desde o século XIX tem sido estudada por alguns especialistas e tem despertado interesse de novos pesquisadores nos últimos anos. Não é o caso de retroceder a uma biografia do autor, nem a uma análise de sua obra, pois já há quem o tenha feito (ARAÚJO, 1999; SIEWIERSKI, 2008). Entretanto, cabe destacar alguns pontos historiográficos relevantes.

Segundo Marcos Dias de Araújo, a crônica foi redescoberta por Varnhagen na primeira metade do século XIX, sobretudo a Parte Segunda, que trata da "Notícia Geral dos Índios...", da qual Varnhagen se ocupou de publicar na revista do IHGB em 1840 e que foi amplamente utilizada por ele mesmo em sua *História Geral do Brasil* (1854-1857). Além deste historiador, muitos outros de renome nacional também utilizaram, timidamente, de partes da crônica de João Daniel como fonte, tais como Rocha Pombo, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, para citar alguns. José Honório Rodrigues reconheceu a grande utilidade da obra e Ciro Flamarion Cardoso aproveitou o conteúdo dela em grande medida. Entretanto, ainda segundo Araújo, a referida crônica *"sumiu dos grandes livros de história do Brasil, ficando restrita a estudos regionais sobre a Amazônia"* (ARAÚJO, 1999, p. 39), o que ele atribui a algumas fortes críticas que o texto recebeu: por exemplo, do militar e correspondente do IHGB, Antonio Ladislau Monteiro Baena, que considerou mentirosas certas afirmações de João Daniel sobre os índios e do jornalista Euclides da Cunha que, diante do relato de coisas fantásticas, o chamou de "imaginoso". Seguindo de perto o argumento de Araújo, pode-se incluir entre os fatores do esquecimento da crônica de João Daniel, o fato de a historiografia brasileira ter sido construída a partir do sudeste no século XX e relegando outras áreas, como a Amazônia, a uma condição periférica. Outro fator a considerar é o caráter fragmentário do texto, que esteve disperso entre diferentes arquivos ao longo do tempo, até ser finalmente

compilado na íntegra e publicado em 1976; somente em 2004, uma nova edição da crônica foi realizada[3], mas ainda faltando algumas partes, como depois se constatou. Antonio Porro, por exemplo, descobriu novos fragmentos da crônica no Arquivo Histórico Ultramarino, tendo-os publicado em 2006, muito embora ainda faltem pequenas partes da crônica. Porro levanta a intrigante hipótese de que, sendo a parte faltante justamente aquela que trata da existência de minas de ouro no rio Amazonas, o referido *"caderno tenha sido subtraído, copiado com fins facilmente imagináveis e não devolvido ao seu legítimo proprietário"* (PORRO, 2006, p. 129). Isso é plausível, tendo em vista que *"os manuscritos podem ter sido confiscados"* após a morte de João Daniel em 1776, como sugere Vicente Salles (2004, p. 11).

Apesar de ter sido subaproveitada anteriormente ou mesmo rechaçada como fantasiosa, a crônica de João Daniel tem sido valorizada nos últimos anos, sobretudo após a reedição de 2004, o que, apesar das falhas apontadas por Antonio Porro (2006), tem sido um importante meio de divulgação da referida obra e suscitado novas pesquisas. Além disso, os olhares dos historiadores de hoje são outros e um mesmo texto pode servir a diferentes agendas de pesquisa.

As investigações têm contemplado, por exemplo, o conteúdo integral da crônica, isto é, o sentido da obra como arma política. Henryk Siewierski considera a crônica como produto da história da Companhia de Jesus e de sua expulsão da Amazônia no século XVIII; além do seu caráter enciclopédico e etnográfico, a obra é uma resposta à expulsão dos jesuítas através da construção de sua presença na região e, ao mesmo tempo, um forte argumento contra as justificativas da sua expulsão dos domínios portugueses em geral e do Estado do Maranhão em particular (SIEWIERSKI, 2008). Um dos pontos caros da crônica para Siewierski é a representação da alteridade humana e geográfica (SIEWIERSKI, 2014). O *Tesouro Descoberto* de João Daniel também serve de base para se estabelecer um panorama político e territorial da região; por exemplo, Tainá Guimarães Paschoal observa a questão das fronteiras políticas e culturais enfrentadas pelo padre João Daniel ao longo de sua vida no Maranhão e avança

[3] Esta é a versão utilizada aqui.

ao considerar a utilidade da crônica para o conhecimento da história da alimentação no Brasil, uma vez que um dos pontos fundamentais da obra é exatamente os modos de sobrevivência no rio Amazonas, pelos muitos víveres disponíveis e demais recursos naturais e vegetais aproveitáveis (PASCHOAL, 2013). Com outra preocupação, Fernando Torres Londoño examina o exílio a que foram submetidos os jesuítas após a expulsão do Grão-Pará e Maranhão a partir de 1757, do qual o *Tesouro Descoberto* de João Daniel constitui uma das presenças, bastante marcante exatamente pelo rigoroso silêncio em relação à própria situação e pelo caráter programático da obra, quando o jesuíta aponta a elaboração de um diretório de aproveitamento das riquezas do rio para um destinatário oculto, o qual, segundo Londoño, seria a própria monarquia portuguesa (LONDOÑO, 2015). Além desses enfoques, as contradições culturais entre europeus e indígenas também são escrutinadas a partir da crônica. Lucas Endrigo Brunozi Avelar analisa as contradições e aproximações entre, por um lado, o fato de a colonização estar fundada na produção e comércio de drogas e na tradição católica do vinho e do pão e, por outro, uma ideologia do abuso elaborada para dar conta da tradição indígena de ingestão de bebidas e substâncias extraídas da floresta (AVELAR, 2017). E, por último, o enfoque da história ambiental. José Augusto Pádua aponta três fatores que tornam a crônica de João Daniel singular, tais como as condições de produção, a abrangência e o sentido político da obra; por isso, segundo Pádua, é *"uma proto-etnografia complexa e contraditória"* e um dos primeiros registros da preocupação com o uso adequado e sustentável dos recursos naturais do rio Amazonas[4].

Tais enfoques, suscintamente apresentados, revelam a riqueza do *Tesouro Descoberto* de João Daniel. Diante disso, seria possível fazer uma análise levando em conta a cultura material indígena? Sabemos que a associação dos índios a um estilo de vida simples e harmônico com a natureza, isto é, sem bens materiais e sem grandes explorações minerais, vegetais e animais é uma herança do colonialismo (MONTEIRO, 2001; CUNHA, 1992;

[4] José Augusto Pádua. *O tesouro de João Daniel* (As origens da ansiedade amazônica II). Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/jose-augusto-padua/17226-oeco-16832/>. Acesso em 05/01/2020.

ALMEIDA, 2010). Essa imagem aparece, sobretudo, nas crônicas escritas por missionários, normalmente divididos entre elogiar o suposto desapego material indígena e condenar a igualmente suposta preguiça dos naturais da terra. *"Deste seu incomparável desprezo dos bens terrenos vem o perderem-se entre eles os estimados [...] prata, ouro, diamantes e todas as mais riquezas de que abunda o Amazonas e pelas quais navegam os europeus, e se expõem a tantos perigos..."* (DANIEL, 2004, p. 274). Essa afirmação do jesuíta João Daniel é referente tanto aos índios "domésticos" quanto aos "bárbaros" e soa familiar, a despeito de seu texto não ser tão conhecido fora do círculo dos especialistas.

A historiografia tem discutido em chave renovada a atuação política e militar dos índios no período colonial, em posições multifacetadas em relação ao jogo expansionista europeu (FERGUSON, 1992; MONTEIRO, 2001; CARVALHO JR., 2005; ORTELLI, 2007; GARCIA, 2009; BOCCARA, 2005). Neste sentido, o esforço da Arqueologia com a História torna-se extremamente importante, justamente porque os arqueólogos podem recorrer também às fontes escritas, o que fazem com frequência, numa esfera de interação chamada de Arqueologia do Contato (NAVARRO, 2019). A cultura material fica, portanto, não somente restrita àqueles artefatos duráveis, sobretudo os de constituição cerâmica ou estruturas arquitetônicas de pedra, mas, também, às referidas crônicas coloniais, na tentativa de compreender melhor o ambiente material da vida indígena. Paradoxalmente, segundos os cronistas, os mesmos índios que produziam vasilhas de barro e muitos outros elementos materiais para o seu dia-a-dia, eram pessoas que desprezavam as riquezas e tudo que usavam era apenas para sua sobrevivência cotidiana, da forma mais rústica possível. Mas toda cultura material humana não serve exatamente para sobrevivência e algo mais? Não se trata de mergulhar em uma discussão teórico-conceitual sobre "riqueza" (SUPRINYAK, 2009) e "cultura material" (REDE, 2003), tampouco a respeito da relação entre ambos os termos, até porque o último é muito mais recente do que o primeiro. Contudo, se "cultura material" significar o que João Daniel chama de "bens terrenos", então trata-se praticamente da mesma coisa, como veremos. No mais, isso constitui por si só uma interessante contradição no discurso colonial do *Tesouro Descoberto*.

O discurso colonial da obra

A crônica escrita pelo padre jesuíta João Daniel no século XVIII foi produzida em circunstâncias difíceis, de dentro da prisão, com pouco papel e tinta disponíveis e sem a possibilidade de consulta às fontes citadas e sem debate apropriado daquelas ideias com qualquer interlocutor. Por outro lado, tratava-se de uma resposta política (mas não publicada em seu tempo) à situação de poder vigente, marcada pelo reformismo ilustrado do Marquês de Pombal, sob o qual o próprio João Daniel caiu em desgraça[5]. Por isso, não é de estranhar que a sobrevivência das 766 páginas manuscritas tenha sido marcada pela separação das partes e esquecimento entre diferentes arquivos portugueses e brasileiros desde o século XVIII. Em todo caso, trata-se de uma crônica emblemática, porque combina uma descrição detalhista das coisas com uma visão complexa dos modos de vida no Amazonas.

Tendo isso em vista, pode-se inferir que o autor estava consciente do seu lugar de fala, isto é, que o texto que escreveu durante os 19 anos finais de sua vida, enquanto esteve preso, tinha um objetivo crítico. Em outros termos, o autor estava estabelecendo, ao mesmo tempo, uma revisão crítica de sua experiência enquanto missionário e do trabalho mais amplo desempenhado pela sua ordem religiosa, verdadeiro serviço aos reis de Portugal, cuja recompensa foi a expulsão, conforme seu refinado senso de ironia. Isso fica claro quando ele menciona, por exemplo, que *"a roupeta da Companhia [de Jesus] que tão odiada e perseguida, foi sempre a que conseguiu a paz nas maiores empresas dos*

[5] Ele mesmo comenta a expulsão dos jesuítas como pagamento pelos trabalhos que tiveram em amansar os índios. João Daniel foi preso em São Luís em 1757 e enviado para Lisboa, acusado de ofender o então governador-geral do Estado do Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o qual era meio-irmão de Pombal e um dos influenciadores de sua política anti-jesuítica, quando a expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios ainda não dava qualquer sinal de que seria uma realidade. João Daniel teve sorte diferente dos demais jesuítas, espanhóis e portugueses, que foram expulsos e exilados e que puderam refletir sobre os fatos, debater publicamente e consultar as obras de seu tempo; e que também tiveram seus escritos publicados ainda no século XVIII. A crônica foi escrita provavelmente durante 19 anos, período em que esteve preso até a morte.

portugueses em todas as suas dilatadas conquistas da Ásia, da África e da América" (DANIEL, 2004, p. 369) ou quando lembra de Antonio Vieira, que *"por remuneração de tantos serviços feitos a toda a república, o expulsaram e exterminaram com todos os mais jesuítas"* ou, ainda, quando aponta as contradições de um certo prelado[6], que chorou de emoção pelo sucesso das missões jesuítas em um período e, posteriormente, *"o mesmo prelado requereu a sua expulsão e a conseguiu em 1757"* (DANIEL, 2004, p. 333).

É possível que a esperança de João Daniel tenha sido sair da cadeia e poder publicar a sua obra, dando a conhecer às pessoas de seu tempo, sob o pretexto da riqueza do vale do rio Amazonas, os reveses experimentados pelos missionários no grande trabalho de converter índios e da forma ingrata como foram recompensados, além das propostas de aproveitamento técnico da lavoura e da pecuária da região. Aliás, esse caráter técnico da obra é o que tem sido mais valorizado por todos os pesquisadores. De qualquer forma, sua escrita não era inocente e desinteressada, mesmo que ele tenha morrido na prisão e seu texto caído no esquecimento.

Portanto, o discurso colonial[7] da obra de João Daniel é sintomático das relações de força que o forjaram e contra as quais ele estava lutando ao mesmo tempo em que descrevia uma história. O discurso desse autor é uma sobrevivência daquela história; na verdade, é o processo histórico em si[8]. E é

[6] Prelado é uma designação da dada ao bispo, que o autor não identifica, mas que muito provavelmente, pela data de 1757, era D. Miguel de Bulhões (1748-1760), bispo do Pará (SANTOS, 2014).

[7] A expressão, trabalhada em grande medida por Homi Bhabha, remete ao contexto do século XIX em diante. Mas a perspectiva que aqui orienta a análise, embora próxima, apresenta algumas diferenças. O discurso colonial aqui concebido é moderno (séculos XVII e XVIII), é plural, fragmentário e heterogêneo. É visto, por isso, como uma formação discursiva foucaultiana, mas não está necessariamente preso à configuração dada por Michel Foucault ao conceito, pois, por exemplo, consideramos a agência do autor, ao escrever sob relações de força, isto é, como agente e sujeito ao mesmo tempo: agente porque promove a dominação por meio de sua escrita e sujeito porque é oprimido por certos aspectos do poder, ao qual também resiste pela mesma escrita.

[8] Essa perspectiva é resultante de um exercício de teorização intitulado "Considerações sobre a análise critica do discurso colonial" apresentado à disciplina "Linguagem, Discurso e Ação", ministrada pela professora Dra. Maria Izabel B. de M. Oliveira, no PPGHIS-UFMA, durante o primeiro semestre de 2019. Tratava-se de um ensaio de síntese teórica no quadro de uma pesquisa histórica que contempla crônicas e relatórios de governo em perspectiva foucaultiana, isto é, discursos produzidos como e sob relações de poder na região da América ibérica próxima à linha do Equador durante os séculos XVII e XVIII. As teorias trabalhadas são a Análise de Discurso Crítica e a Teoria Pós-Colonial, das quais os principais expoentes são,

dessa forma que vamos encará-lo e abordá-lo a partir de agora, ao explorar a descrição e a análise que o padre fez dos elementos materiais indígenas.

Preliminarmente, deve-se apontar que João Daniel não faz diferença entre riqueza e bens materiais, os quais são, indubitavelmente, a cultura material indígena. Como dito antes, o que ele chama de *"incomparável desprezo dos bens terrenos"* é a causa da perda de "ouro" e *"mais riquezas que abunda o Amazonas"*. Logo após esse argumento ele afirma que:

> Todas as suas riquezas consistem em ter uma pouca de farinha-de-pau, que é o seu pão ordinário; e ainda estas não têm muitas nações, mas suprem-na com frutas agrestes, e do mato. Um arco com suas frechas, uma canoinha, que fazem de casca de alguma árvore, e um remo; ainda que esta não tem todos, contentando-se com uma pequena jangada feita de canas, com que atravessam os rios, e passam de umas para outras ilhas, e lagos. Todos os seus móveis, trastes e instrumentos de casa se cifram em uma panela, uma cuia, que é um gênero de cabaço por onde bebem, uma maquira ou rede para dormirem, que muitos remedeiam com uma esteira, a que chamam miaçaba tecida de palmas, ou cipó. Alguns têm seu machado de pedra, que por mais dura que seja sempre é fraca cousa, a sua faca de pau, ou casco de tartaruga. Além destes belos trastes, alguns velhos também têm o seu cachimbo para se regalarem com o seu paricá, em lugar do tabaco; estas são todas as suas riquezas, haveres e alfaias, com que vivem mui contentes, sem mais cuidados nem fadigas, por terem neste pouco todo o necessário para a vida. (DANIEL, 2004, p. 274)

Voltaremos a estes elementos materiais mais adiante. Por enquanto, diz o autor a respeito dos índios que "*o desprezo que têm das riquezas e bens do mundo é inimitável porque em tendo comer já na caça do mato, e já na pesca dos rios, andam tanto ou mais contentes que os ricaços do mundo com todos os seus tesouros, galas, e banquetes"* (DANIEL, 2004, p. 273). Por isso, os índios

respectivamente, o linguista britânico Norman Fairclough e o teórico crítico indobritânico Homi K. Bhabha. O pensamento de Michel Foucault influenciou os dois referidos autores. Sem pretensão exaustiva, ao explorar as teorias mencionadas, observamos uma espécie de convergência entre ambas na forma de uma "análise crítica do discurso colonial", o que permitiu o resgate do conceito foucaultiano de "formações discursivas" com vista a estabelecer uma operacionalidade de análise da documentação supracitada para a tese final. O material não está publicado e, por isso, aqui não estamos aplicando essa síntese plenamente, mas tomando-a como um modo de olhar, como experimento de amadurecimento da ideia: o discurso colonial é visto como uma formação discursiva, isto é, plural, fragmentário e heterogêneo; e a crônica de João Daniel, enquanto texto/discurso, é apenas uma peça que o pesquisador enquadra nesse discurso colonial moderno.

andavam nus: *"o muito que fazem alguns é cobrirem o membro viril com uma folha de árvore, mas não são todos, nem sempre"* (DANIEL, 2004, p. 273). Somente os índios que já estavam a serviço dos brancos e mesmo os já reduzidos nas missões, por terem sido convertidos, *"usam de algum vestido"* (p. 273).

O autor não considera muito fortes as diferenças entre índios não convertidos e índios cristãos. Por isso, muitas vezes seu leitor perceberá que, ao descrever um e outro elemento comum da vida material indígena, ele não faz muito caso com o fato de separar coisas próprias de índios "bárbaros" das coisas dos índios "domésticos", porque ambos os grupos compartilhavam mais ou menos o uso dos mesmos objetos. Ele acredita muito pouco nessas diferenças, embora as aponte de vez em quando, afirmando que são decorrentes das relações sociais em torno de uma nova vida formatada pela religião cristã e pela adesão praticamente forçada a novos padrões culturais. Isso fica claro quando ele diz que *"ainda o seu bem espiritual e temporal é mais forçado que voluntário"*, no que consiste *"palmatória nos meninos"* e para *"os adultos é o castigo"* (DANIEL, 2004, p. 299). Raramente, os índios que o cronista descreve tiveram a opção de livre escolha, até mesmo porque o autor considera sua nova fé – mesmo para os já nascidos sob o cristianismo – *"morta e pouco firme"* (DANIEL, 2004, p. 327). Se a religião, que era das coisas mais fortes naquele mundo, não era praticada a contento, pode-se imaginar que os costumes e bens materiais europeus fossem incorporados sem os mesmos padrões de uso e significado, mas com outra perspectiva e outra praticidade – isso se fossem incorporados: *"e posto que com a comunicação com os brancos podiam ter aprendido mais alguma economia, e têm mais alguma ambição [...] contudo nada menos; porque ainda isso deixam perder"* (DANIEL, 2004, p. 275). Entretanto, o demérito que muitos elementos da cultura material indígena recebem do cronista (colares de ossos, cuias feitas de crânios humanos) contrasta com a grande utilidade que ele mesmo ressalta que outros elementos materiais indígenas tiveram para os europeus (arco e flecha, canoas, venenos, remédios etc.).

Valorizar alguns elementos materiais indígenas e demonizar outros, como visto acima, é um sinal de contradição, característica marcante do discurso

colonial da obra de João Daniel: sua opinião parece uma mescla entre o reconhecimento da posição indígena consciente dos fatos e dos símbolos e da sua representação como ingênuos; além disso, ele argumenta que os índios convertidos eram ingratos aos missionários e que também gostavam de apanhar, isto é, pediam por governo rígido e por castigos quando cometiam irregularidades. Isso é paradoxal: o autor se esforça por convencer o leitor dessa ideia absurda, como se ela fosse real, quando parece mais uma estratégia discursiva para legitimar os abusos cometidos pelos religiosos; João Daniel opera com um discurso, que ele mesmo reconhece enquanto tal, orientado, como é lógico, pelo "horizonte cultural" europeu (O'GORMAN, 1992), sendo, por isso, eurocêntrico (o termo Europa aparece repetidas vezes na crônica como modelo de civilização). Seu discurso é colonial porque sobrepõe constantemente a visão eurocêntrica aos conceitos, ideias e práticas indígenas, sempre no intuito de inferiorizar, desmerecer ou demonizar a perspectiva nativa, como se fosse naturalmente inferior, ausente de racionalidade e significativa do "não" (não lugar, não razão, não civilização, não sociedade, não economia, não riqueza). Em várias ocasiões, o discurso do autor parece reconhecer a posição indígena, mas novamente ele volta e insere um argumento desprestigioso.

João Daniel não compreendeu realmente a perspectiva nativa, deixando escapá-la corriqueiramente? Ou a compreendeu e a apresentou de forma subterrânea? É difícil responder. Mas é característica marcante do discurso colonial presente na crônica de João Daniel servir de promotor da dominação e, ao mesmo tempo, resistir ao poder vigente de várias formas: neste caso, valorizando elementos da cultura dominada. O autor legitima a expansão do poder da monarquia portuguesa, mas era claramente contrário à política e aos políticos de seu tempo. Especificamente, os elementos distintivos de riqueza e de ambição aos europeus não são universais, como ele faz crer, mas são interessantes aos europeus e a alguns outros povos. Quais seriam então os elementos naturais e materiais distintivos de riqueza, *status* e poder para os índios? Os índios produziam uma cultura material significativa e alvo de disputas, concorrências, alianças? Provavelmente sim, mas não foi reconhecido dessa forma pelo missionário cronista, apesar de descrevê-los e de ter deixado tais

pistas aleatoriamente em sua crônica. Elencaremos, a partir de agora, quais os elementos da cultura material indígena observados por João Daniel para justificar a riqueza a que ele conota uma distinção, a saber: as armas para as guerras, os instrumentos de casa e os brasões de nobreza.

"Armas para as suas Guerras"

Como dito antes, a Parte Segunda do volume I do *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas,* de João Daniel, foi uma das primeiras a ser publicada no século XIX. E é nesta parte da obra que o jesuíta trata de dar uma "Notícia geral dos índios seus naturais, e de algumas nações em particular. Da sua fé, costumes, e das cousas mais notáveis da sua rusticidade". O título dessa seção da crônica resume bem o seu conteúdo, mas se leitor se contentar apenas com ele, deixará de conhecer informações relevantes sobre a guerra, alimentação e distintivos sociais, sobretudo os elementos materiais que fazem a mediação dessas relações sociais, como na guerra, em casa e nas relações sociais. Entretanto, a vantagem das descrições detalhadas contrasta com a falta de informações específicas sobre os locais onde este ou aquele elemento aparece ou a qual etnia indígena está vinculado, dando a falsa impressão de que se trata, em muitos casos, de elementos comuns a todos os índios (BAENA, 1885). Só ocasionalmente o autor menciona etnias e locais, associando a eles elementos específicos. Mas deve-se compreender João Daniel nestes pontos falhos, porque o fato de ter escrito da prisão tamanha obra apenas de memória já é grande coisa. Mesmo assim, seu texto permanece relevante e revelador não só da história em torno do rio Amazonas nos séculos XVII e XVIII, mas das coisas que lá se fizeram, tais como os instrumentos de guerra, pelos quais vamos começar.

Ao mencionar que *"porquanto no arco e frechas têm armas para as suas guerras, têm rede para pescarem e têm arma para caçarem"* (DANIEL, 2004, p. 274), o cronista atribui ao mesmo conjunto de elementos pelo menos três utilidades: caça, pesca e guerra. É interessante notar o multiuso dado a estes objetos, porque a sua principal utilidade, a guerra, tem uma dinâmica de uso social bastante diversa das demais. Enquanto a caça e a pesca têm a ver

diretamente com a dinâmica alimentícia, a guerra tem a ver com a força e o poder. Mas há um dado interessante nisso e talvez o próprio cronista tenha percebido: guerra, caça e pesca, a despeito de suas utilidades extrínsecas, contém um significado intrínseco comum de sobrevivência. Nos três casos, é a garantia da vida que está em jogo e isso era possível mediante a confecção e manuseio desse elemento material. O arco e flecha eram elementos comuns aos quais todos os homens indígenas tinham acesso – era um bem material fundamental naquele modo de vida e era relativamente fácil de obtê-lo porque era feito de recursos vegetais.

Segundo João Daniel, *"as tradições que mais conservam são das suas guerras"* (DANIEL, 2004, p. 269), as quais eram causadas basicamente por três motivos: *"o apetite de se comerem uns aos outros; ou por indução dos brancos para lhes venderem os que apanham; ou por causa de se apanharem uns aos outros as suas mulheres"* (DANIEL, 2004, p. 317). É claro que o cronista está falando de seu tempo e, por isso, é natural que inclua a influência dos brancos nos conflitos entre os nativos, quando este fator era apenas uma novidade nas guerras indígenas ao se considerar a longa duração. Em todo caso, parece que ele compreende bem o quão antiga é a prática da guerra, não só para os europeus, mas, sobretudo, para os índios, quando considera os outros fatores citados.

O cronista, ao se deter no assunto da guerra de forma mais prolongada, considera novamente o caráter multiuso do "arco e frecha" e faz uma interessante observação quanto às dimensões físicas desses instrumentos de guerra (se comparados aos seus congêneres utilizados na caça e na pesca) *"porque são muito maiores no comprimento e grossura, e as chamam taquaras"* (DANIEL, 2004, p. 317). Na falta de ferro, as lanças tinham na ponta *"facas de pau duro como ferro"*, de ossos de animais ou de cascas afiadas de taboca, as quais, de um material ou outro, podiam atravessar o corpo de uma pessoa, um boi, uma porta ou qualquer tábua; na parte traseira, duas penas de meio palmo garantiam o equilíbrio da haste no voo até o alvo; as hastes propriamente eram feitas de *"umas canas sem nós muito lisas, e esféricas"*, as quais eram lançadas com arcos que *"chamam os brancos pau de arco muito duro, e forte"* (DANIEL,

2004, p. 318). Segundo o cronista, tais arcos possuíam as seguintes dimensões: algo entre sete, oito ou mais palmos de comprimento, da grossura de um pulso de menino e, no comprimento do arco faziam uma face reta onde prendiam o cordel de alto a baixo, a partir do qual posicionariam as taquaras para o lançamento e cujo alcance chegava a algo entre 200 e 300 passos, o que se pode estimar em torno de 150 metros de distância do atirador até o alvo[9]. Por fim, ainda havia uma terceira variante do "arco e frecha", de pequenas dimensões, mas também usada nas guerras: tratava-se de um conjunto de canudo comprido e pequenas flechas envenenadas com "bururé", o qual, segundo o cronista, era um veneno muito utilizado na época e cujo processo de fabricação é descrito páginas antes (DANIEL, 2004, p. 291-292). A este equipamento, ele dá o nome, mas sua descrição está "em branco no manuscrito"; mesmo assim, pode-se identificar o artefato, pois ao descrever o veneno bururé, João Daniel menciona que um missionário o aplicou em um macaco, a fim de compreender o seu efeito no corpo, usando uma *"esgaravatana, ou terravatana (instrumento com que os tapuias despedem umas pequeninas frechas para matar passarinhos, que é um comprido canudo, em que metem a seta e assoprando de uma parte a despedem)"* (DANIEL, 2004, p. 292): em suma, trata-se de um tipo de zarabatana. O cronista afirma que algumas nações indígenas a usavam ervadas do bururé, sobretudo no período das conquistas *"e eram algumas vezes tantas, que pareciam chuveiros"* (DANIEL, 2004, p. 318).

Além desses elementos, o cronista menciona nesses parágrafos a existência de *"um grande tambor feito de tronco de alguma árvore"* e *"[que soa] muito longe três ou mais léguas"*, e que os índios *"chamam tucano a esta caixa de guerra"* (DANIEL, 2004, p.319): sua utilidade era estratégica no aviso da presença de inimigos nas proximidades e, a depender do som emitido, procediam à preparação para o enfrentamento ou a fuga. Segundo o cronista, esta caixa de guerra só era utilizada nestas situações, excetuando-se a ocasião de *"fazer alguma matança de encurralados"* (DANIEL, 2004, p. 319). Este é,

[9] Considerando-se uma variação de altura de uma pessoa entre 1,5m e 1,7m nos séculos XVII e XVIII, 200 passos chegam a 120m e 300 passos, a 180m, o que dá uma média de 150m. Verificar: https://www.blitzresults.com/pt-br/passos/

aliás, um ponto interessante que o autor desenvolveu em páginas anteriores, pela descrição que fez do *"costume de comer carne humana"* (o autor refere-se sempre desta forma e não utiliza termos mais conhecidos hoje em dia como "canibalismo" ou "antropofagia"), que ele julga, como visto, ser um dos motivos de guerra entre os índios e também o que ele chama de "vício", "não tão universal" como o primeiro e o segundo vício que são, respectivamente o da carne (sexo) e *"das vinhaças, e beberronias"*. Entretanto, não vamos discutir tais rituais, exceto sua dimensão material: o cronista nos aponta que ao *"costume de comer carne humana"* estão associados tanto a caixa de guerra quanto as *"cercas de pau-a-pique ou tabocais"*, os quais eram feitos de bambu (DANIEL, 2004, p. 318).

O autor não deixa clara a diferença, mas pela leitura de sua crônica, pode-se perceber pelo menos dois tipos do que ele chama de "fortificações", sendo uma usada para cercar a povoação e impedir a entrada de inimigos. João Daniel menciona de forma vaga, sem citar locais ou etnias, que *"são poucas as nações que se acometem a peito descoberto [...] mas o ordinário modo de acometer é a traição em repentinos assaltos"* (DANIEL, 2004, p. 318) e ele continua, afirmando que os índios mais beligerantes e que, por isso, têm mais inimigos, estão sempre alertas e uma das formas de defesa seria a construção dessas enormes cercas de madeira em torno da povoação; em outro lugar, ele afirma que são *"fortes muralhas, não de pedra, mas de estacas de pau duro como pedra. Outros a fabricam de palmeira, que chamam juçara, cujos espinhos são grandes e duros; e as trincheiras de juçara são mais seguras que as bem reguladas fortalezas"* (DANIEL, 2004, p. 280), as quais não se podem penetrar, nem romper, senão com fogo; a outra serventia desses cercados seria para encerrar os prisioneiros de guerra, que ele refere em outro lugar como *"boas estacadas de pau-a-pique, e bem seguros currais, em que os metem como a porcos, aonde vão sustentando para os irem comendo"* (DANIEL, 2004, p. 305). Enquanto os escolhidos são levados para o abate pelo meio da multidão, como em desfile e festejo, *"correm à caixa a rebate, ou tocam caixa destemperada, como diremos quando falarmos das suas guerras"* (DANIEL, 2004, p. 306). O "algoz", nos termos do autor, participa do desfile fazendo vários movimentos de

golpe no ar com *"a sua espada, que é um varapau de pau duro, como ferro, com três esquinas, e também é pesado como chumbo, e por causa do seu ofício lhe chamam pau de jocá, pau de matar. E posto que é de pau preto..."* (DANIEL, 2004, p. 306). Além disso, o referido algoz também vai ornado na cabeça com uma "acangatara" que, segundo o autor, é *um "círculo ou grinalda de lindas e diversas plumagens e penachos"* (DANIEL, 2004, p. 307). Finalizada toda a cerimônia, os índios transformam as ossadas dos mortos em novos utensílios, pois *"aproveitam as canelas para servirem de gaitas", "dos dentes fazem os seus rosários, e gargantilhas, com que se formoseiam" e "do casco da cabeça cabaço para lhe beberem à saúde"* (DANIEL, 2004, p. 309). E nem é preciso dizer que o cronista demoniza tais práticas.

"Instrumentos de Casa"

João Daniel descreve em detalhes dois elementos que poderíamos designar como do cotidiano indígena, como canoas e o que ele diz sobre um *"gênero de cesto, a que chamam cofo"* (DANIEL, 2004, p. 207, 271). A primeira vez que o cronista menciona tais utilidades é quando descreve alguns costumes dos índios, como, no caso das canoas, não prepararem-nas na presença de "mulher pejada" (grávida) sob o risco de a canoa feita abrir-se e perder-se ou, no caso dos cofos, nos quais as jovens, quando de sua primeira menstruação, eram enclausuradas e suspensas ao telhado das casas e onde passavam vários dias sem comer nada, exceto um mingau de farinha; ou ainda, quando tais cofos eram usados em suas mudanças de um lugar a outro. O processo de produção das canoas normalmente era feito a partir de troncos grossos de árvores, aos quais os índios esculpiam por dentro, até ficarem ocos.

Ainda no âmbito da "casa", o autor comenta algo referente às roupas: o cronista nota que alguns índios mal cobriam as genitálias e somente aqueles já convertidos ao cristianismo aprenderam a andar vestidos: *"o ordinário é uma camisa grossa de algodão, e uns calções do mesmo"* para os homens e, para as mulheres, *"uma camisa degolada à francesa, que apenas lhes chega até a*

cintura, e uma saia até o artelho" (tornozelo); quando não, as saias iam até o joelho (as saias normalmente eram tingidas de preto nas laterais, enquanto as camisas eram pintadas de roxo ou de vermelho). Um dado interessante que o cronista aponta no mesmo parágrafo é que as mulheres indígenas, por ocasião de alguma festa, adornavam o cabelo com algum pente ou fita e com alguma gargantilha. O autor menciona ainda que *"nas cidades e povoações maiores, com o trato e comunicação com os brancos, vão algumas e alguns usando e apetecendo maior luxo; mas com pouco se contentam"* (DANIEL, 2004, p. 273). Isso significa que os índios convertidos ou aqueles com quem os portugueses mantinham algum tipo de contato comercial já estavam incorporando elementos da cultura material europeia em alguma medida.

O autor menciona que havia alguns itens do cotidiano que eram de uso exclusivo das mulheres: *"vem a ser uma cuia, um pequeno cabaço de jequitaia, ou malagueta, que lhes serve de tempero em todos os seus guisados"*; e continua: *"uma panela, um ralador, que é um pedaço de tábua de pau mole, em que embutem uns espinhos ou dentes para ralarem a raiz de mandioca..."* e *"um gurutá, certo gênero de cestos que tecem os maridos, em que metem todo este enxoval, quando vão de casa mudada de umas para outras partes"* (DANIEL, 2004, p. 274-275). Além disso, ele aponta algumas diferenças socioculturais entre índios convertidos que, *"fora a sua fraca roupa, pouco mais têm"* e *"os do mato"* que *"já se podem chamar ricos"*: estes últimos, quando casados, possuíam canoa e remo, pano grosso de algodão para camisas, calções e saias, machado e uma faca de pau. João Daniel aponta ainda que o machado era o principal instrumento de fabricação das canoas e para desbastar os matos para as roças. Mais adiante, o autor acrescenta que eles também faziam uso de dentes de cotia como instrumento de corte e que *"julgam por cousa supérflua os instrumentos de garfos, e colheres, quando nos dedos e nas mãos Deus lhes ministrou o suficiente preparo de garfos, e colheres, com que alimpam com a finíssima toalha da língua"* (DANIEL, 2004, p. 275-276). Aliás, neste aspecto o discurso colonial do jesuíta chega a valorizar o que ele considera simplicidade nos modos de vida indígena.

Ao tratar dos principais pratos da alimentação nativa, o cronista menciona *"pouca diversidade de guisados"* e que eles construíam uma espécie de tripé com varas: na parte de baixo metiam a lenha para fazer a fogueira e na parte de cima estendiam um *"arremedo de grelhas com varas"* sobre o qual assavam as carnes, peixes e tartarugas que caçavam. Mas, para o preparo dos mingaus, do tacacá e de outras comidas líquidas, tinham *"panelas fabricadas de cinza de uma árvore, misturada com algum barro, e burnida com uma resina com que ficam como vidradas"*; com os mesmos materiais preparavam "iguaçabas", algo que ele descreve como tonel, onde os índios preparavam as bebidas alcoólicas, que ele chama de "vinhaças". Por último, nesta mesma página, ele menciona os fornos de barro que os índios faziam também dos mesmos materiais, para torrar a farinha-de-pau e para fazer os bolos ou beijus. O forno elevava-se da terra e possuía uma parte interna embaixo *"para lhe meterem fogo"* e os alimentos eram postos na parte superior, que era plana ou *"por modo de um testo espalmado e grande"* (DANIEL, 2004, p. 276). Diante da descrição feita pelo cronista destes itens próprios de uma dinâmica de casa ou doméstica, é evidente que a suposta simplicidade indígena está mais no material com que os tais instrumentos de casa são feitos do que no modo de utilizá-los, isto porque a vida cotidiana indígena descrita pelo cronista têm elementos materiais demais para seres tão rústicos. Dito de outro modo, se beiram a selvageria, como insiste o autor, porque tantos apetrechos e utilidades que vão do modo de vestir-se e enfeitar-se aos cuidados com o preparo da comida? O discurso colonial presente nesta crônica já manifesta sua contradição.

"Brasões de Nobreza"

Tem-se percebido que os índios dispunham de vários objetos por eles mesmos produzidos para atender as suas necessidades e dinâmicas cotidianas, instrumentos que envolvem desde questões de sobrevivência até relações sociais. Mas esse último aspecto é bem mais evidente quando o cronista resolve descrever alguns itens relacionados ao que poderíamos chamar de prestígio

social, pois tem a ver com o que ele chama de nobreza, beleza e herança. De início, João Daniel destaca que *"a valentia é entre os índios o maior brasão de nobreza, gravidade e fidalguia"* (DANIEL, 2004, p. 272) e ele prova isso descrevendo os rituais de iniciação na vida adulta pelos quais os meninos passavam quando chegavam a certa idade. Por isso, não parece equívoco relacionar o que ele chama de "nobreza, gravidade e fidalguia" ao entendimento de prestígio social. De fato, o cronista chega a perceber diferenças e hierarquias sociais de forma clara entre os índios, sempre mediadas por elementos materiais.

Do ponto de vista social, *"um dos bons costumes que pontualmente observam entre si os índios é chamarem-se irmãos"* e, por isso, *"antes parece que todos os seus haveres são comuns"* (Daniel, 2004, p. 346) e ele demonstra isso na partilha da comida, em que todos comem e bebem de forma igualitária, compartilhando tudo o que têm. Mas não exatamente.

Esse comportamento comunal não é universal e essa diferença é mais acentuada quando envolve a posse de determinado item de prestígio. Por exemplo, quando João Daniel menciona as gaitas e os tamboris, ele afirma que os índios *"são muito amigos de festas, danças e bailes"* (DANIEL, 2004, p. 277). Sem possuir ferro, esses índios genericamente descritos pelo cronista fabricavam tais itens a partir de vários tipos de canas e cipós ocos e também de troncos de árvores afinados com fogo. Ele distingue basicamente dois tipos de gaita, uma que ele chama de "pau que ronca" e a outra ele diz ser chamada de "toré" pelos índios. João Daniel descreve a primeira como feita com três buracos, dois na parte superior e um na inferior e a segunda, feita de taboca, tinha comprimento de cinco ou seis palmos. Provavelmente, o motivo de o cronista deter-se na descrição de tais itens é porque *"estas gaitas e tamboris são uma parte da herança que deixam aos filhos; como também alguns penachos das mais lindas penas de pássaros, que matam, e com elas tecem vistosas grinaldas, com que ornam e enfeitam as cabeças"* (DANIEL, 2004, p. 278). Ele prossegue afirmando que outros índios transformam tais penas em "cíngulos" para colocarem na cintura e que *"os ditos jaezes são gala e ornato dedicado só às suas maiores festas, e solenes aparatos"* (DANIEL, 2004, p. 278). Aqui fica

demonstrado que o cronista percebeu certas diferenças no modo de se enfeitar entre os índios para as ocasiões solenes e que, muito provavelmente, significavam diferenças sociais, uma vez que alguns deixavam gaitas e tamboris como herança aos filhos e, portanto, não eram itens compartilhados, mas de posse individual. E também não parece que todos podiam se enfeitar da mesma forma, não porque não tivessem acesso, mas porque não lhes era apropriado ou permitido pelas relações sociais que estabeleciam entre si. João Daniel chega a mencionar que *"um dos enfeites mais ordinário nas mulheres é o trazerem seus grandes colares e gargantilhas"* (DANIEL, 2004, p. 278), que não eram feitos de pérolas nem brilhantes, mas dos *"dentes dos índios que matam, e comem algumas nações. E semelhantes colares não são para todas, mas só para as moçatonas mais ilustres, e mais lindas filhas dos maiorais: porque são divisa de nobreza e brasão de valentia"* (DANIEL, 2004, p. 278). Ele continua e diz que *"quem tem rosário mais comprido é mais nobre, mais linda, mais formosa, e mais enfeitada"* (DANIEL, 2004, p. 278). Se somente algumas jovens poderiam usar esse tipo de enfeite nas ocasiões solenes, fica demonstrado que o cronista percebeu o que poderíamos chamar de hierarquias sociais e claramente definidas ou mediadas pelos itens materiais de prestígio que eles próprios elaboravam. Se os índios eram tão desapegados dos bens terrenos, porque tais distinções sociais?

Quanto aos índios cristãos, João Daniel afirma que já se envergonham de tais ornamentos; estes, por sua vez, já faziam outro uso de seus "*bens móveis, que ordinariamente são a sua maquira, arco e frecha, ou pouco mais"*: geralmente, quando de sua morte, estes bens eram entregues ao padre da missão como pagamento pela realização de algumas missas pela alma do defunto. Entretanto, não podemos pensar em uma mudança definitiva dos padrões religiosos indígenas quando de sua conversão ao cristianismo, pois o mesmo cronista repetidas vezes menciona regressos ou retornos, arrependimentos, fugas ou mesmo heresias cometidas pelos índios: alguns abandonavam as missões para poderem voltar a comer carne humana, muitos não obedeciam aos padres senão mediante açoites, outros não acreditavam plenamente no cristianismo e o praticavam mais por obrigação do que por

devoção sincera, além do fato de conservarem muitos costumes que os missionários reprovavam como o caso que João Daniel descreve ter ocorrido na missão do rio Tapajós que, à época da escrita da crônica já era vila de Santarém. Ao descrever o comportamento dos índios diante do Sol e da Lua, ele chega a afirmar que estes eram "verdadeiros idólatras", devido à confissão que alguns fizeram ao missionário de que *"na verdade adoravam alguns corpos e criaturas, e que os tinham muito ocultos em uma casa no meio dos matos"*, os quais só os mais velhos sabiam onde estavam (DANIEL, 2004, p. 322); tratava-se de *"sete corpos mirrados dos seus avoengos e umas cinco pedras, que também adoravam"* (DANIEL, 2004, p. 322). O cronista chega a sinalizar que *"as pedras todas tinham sua dedicação e denominação com alguma figura, que denotava o para que serviam"* (DANIEL, 2004, p. 323) e ele descreve pelo menos duas, sendo uma para os casamentos e outra para os partos. Estes itens de cunho religioso muito provavelmente também tinham algum significado de prestígio, uma vez que só alguns mais velhos conservavam em segredo seu lugar de culto, e todos os mais jovens o praticavam também em segredo dentro da missão e ao mesmo tempo em que comungavam dos preceitos cristãos: *"posto que já nascidos, domesticados e educados entre os portugueses, doutrinados pelos seus missionários e tidos e havidos por bons católicos, como tinham confessado no santo batismo, conservando aquela idolatria por mais de 100 anos"* (DANIEL, 2004, p. 323). Como solução, o missionário mandou queimar os corpos e suas cinzas foram jogadas no rio junto com as pedras, *"desejando afundir* [sic] *com elas por uma vez a sua cegueira, e cega idolatria"* (DANIEL, 2004, p. 323). Certo respeito e sacralidade eram depositados pelos jovens adultos naqueles índios anciãos que conservavam aquele culto secreto e o fato de possuírem aquele segredo lhes dava certamente uma posição privilegiada naquela sociedade híbrida. Além do mais, a destruição dos ídolos pelo missionário dificilmente acabou com um culto centenário. Afundá-los no rio provavelmente não fez naufragar a antiga crença indígena, como pretendia o missionário.

Cultura material indígena

Temos visto que a descrição do jesuíta João Daniel tem associado constantemente os bens materiais à ideia de riqueza. Isso fica demonstrado quando ele diz *"onde melhor se vê que os índios da América não têm ambição é em desprezarem os mesmos metais de ouro, prata, e muitos outros"*, ou quando afirma que *"é mais admirável a sua brutalidade em não usarem nem conhecerem o ferro e, por consequência, o beneficiá-lo [...] e por isso usam de machados de pedra, facas de pau e outras futilidades deste jaez"* (DANIEL, 2004, p. 277). Como é óbvio, ele não poderia pensar em "cultura material" em seu tempo e mesmo que o fizesse, possivelmente não veria nada relevante produzido pelos índios, ainda mais quando ele sempre compara os habitantes do rio Amazonas com os nativos do "Império do México" e "Império do Peru", os quais ele considerava superiores e com algum grau de civilização. Como visto, ele mesmo chama os instrumentos e bens indígenas de "futilidades". Mesmo que ele reconhecesse que os índios utilizavam esses vários instrumentos, utensílios e itens na sua vida cotidiana e mesmo que reconhecesse o seu valor para os índios, do ponto de vista eurocêntrico do cronista tais elementos não eram grande coisa, senão demonstração da rusticidade indígena. *"Mas na verdade bem ponderada, a sua vida, desnudez, e mantimentos, e que a caça nos matos é inumerável e comum, e a pesca nos rios abundantíssima, de que lhes servem as riquezas de ouro, prata e diamantes?"* (DANIEL, 2004, p. 277). Assim, na crônica de João Daniel, os bens terrenos seriam os correspondentes ao que hoje chamamos cultura material.

Mesmo que considerasse que os índios, em sua maioria, desprezavam os metais preciosos, João Daniel aponta que alguns índios praticavam comércio entre si e com os missionários e os núcleos coloniais. O cronista comenta que uma das principais formas pelas quais os índios manifestavam "ingratidão" para com os missionários era em não fazer comércio com eles, sobretudo quando se tratava de itens mais básicos, como galinhas ou redes, pelos quais pagava-se em pano de algodão ou em facas, *"por serem as principais fazendas que estimam os índios"* (DANIEL, 2004, p. 295); de outro modo, os índios também procuravam enganar aos missionários, aos quais normalmente deviam

montantes consideráveis pela farinha que compravam e, sempre que um missionário era substituído, os índios rasgavam os registros das dívidas antigas para não pagar nada ao novo missionário: era uma prática recorrente, segundo o cronista. Aqui há dois assuntos misturados, comércio e ingratidão. Com relação ao primeiro, em várias passagens, o autor reconhece que os índios praticavam comércio e já usando dos elementos europeus para tal ou, quando não, usavam os seus elementos próprios pela lógica europeia da compra e venda, visando não à sobrevivência ou simples troca, mas ao lucro. Basta lembrar, por exemplo, que um dos motivos apontados pelo cronista para as guerras indígenas era *"por indução dos brancos para lhes venderem os que apanham"* (DANIEL, 2004, p. 317), isto é, os índios derrotados eram aprisionados pelos índios vencedores e vendidos como escravos aos brancos. De qualquer forma, era comum *"o comércio*[10] *com os índios"* (DANIEL, 2004, p. 352)[11]. No referente ao tema da ingratidão, mesmo que não seja o foco do presente texto, basta dizer que contradiz claramente o argumento mencionado anteriormente de que os índios exigiam governo rigoroso dos missionários: os mesmos índios que pedem rigor e castigo são os mesmos índios ingratos, que se negam a vender coisas aos padres e aos quais xingam corriqueiramente, além de também desobedecerem sob o pretexto de possessão demoníaca; também são os mesmos índios muito rápidos em comprar farinha de modo fiado e em nunca pagarem por ela. Tudo indica uma posição subversiva destes índios e, no caso extremo de pedirem castigos, parece apenas uma estratégia de fingir submissão e obediência, para manter seus interesses mais caros ocultos aos padres e, com isso, preservados.

Mas, voltando ao caso dos bens terrenos, deve-se deixar claro que não se trata aqui de confundir ou associar forçadamente "riqueza" e "cultura material".

[10] Antonio Porro afirma que o comércio é uma das facetas indígenas menos conhecidas do público em geral e dos especialistas, pelo fato de haver poucos estudos sobre o tema (PORRO, 2017).

[11] O padre João Daniel já foi duramente criticado no século XIX por Baena no que se refere tanto ao comércio dos índios quanto ao seu uso de metais preciosos, como ouro. Mas a crítica de Baena deve-se exatamente às lacunas informacionais da crônica. Justamente nos pontos obscuros ou nos quais o cronista não se detém muito ou não dá informações mais precisas como locais ou etnias. Por outro lado, João Daniel é mais tolerante e compreensivo com os índios, quando reconhece neles qualidades de governo e religião, os quais Baena simplesmente afirma que não havia em nenhum grau, mesmo o mais primitivo (BAENA, 1885).

Mas os elementos descritos pelo cronista que hoje são facilmente identificados como “cultura material” não tinham valor para ele. E isso é tão mais evidente quando ele não se esforça para distinguir o uso ou posse de metais preciosos dos modos de vida. Do seu ponto de vista, a riqueza é uma só, incluindo diamantes e facas, por exemplo. No caso dos índios, falta essa riqueza material a que ele, como europeu, está acostumado a conceber de uma forma específica, na qual os elementos produzidos pelos índios não se encaixam. Mas não significa, por outro lado, que o termo “riqueza” não seja ambivalente neste autor. Em várias passagens, das quais algumas já foram citadas antes, ele reconhece que os índios são ricos ou que tem riqueza dentro dos seus padrões de vida, visto que nada lhes falta e não passam necessidades de alimentação, já que eles desprezam, segundo o autor, todo o resto dos bens terrenos.

Por isso, o cronista diz que *“sendo tão despidos dos haveres do mundo, e de vida tão silvestre, já se vê que à sua semelhança e proporção hão de ser os seus fracos palácios, e pobres casas”* (DANIEL, 2004, p. 279):

> ...as quais consistem em levantarem uns esteios, que cobrem por cima com folha de palmeira por causa da chuva e do sol: à roda lhes atam umas varas, e nelas enleiam outras palmas. Não necessitam de pregos para segurarem os esteios, nem para segurança dos caibros, travessas, paredes, e telhados, porque tudo vai atado com cipós, excelentes cordas da América; e fora as portas precisas, não se cansam com mais janelas, pois por entre a pindoba dos lados permeiam os ventos, e entra a claridade necessária; e embora que fiquem alguma cousa escuras, porque como não costumam trabalhar os homens, nem costurar as mulheres, não necessitam de luz mais clara. Costumam fazer estas casas tão grandes, e espaçosas, que há povoações que não têm mais que uma, onde vivem para cima de 100 e 200 pessoas; e posto que haja mais casas, todas são de bom tamanho, e capazes de hospedar muita gente. Não usam nelas de repartimento algum de salas, nem de câmaras, alcovas, e menos de gabinetes; mas toda a casa é uma sala grande, larga, e espaçosa, na qual levantam muitas estacas, a elas atam as suas maquiras, que juntamente fazem as vezes de leitos, e camas [...] e ordinariamente fazem uma grande fogueira no meio deste espaçoso casarão, onde cozinham o que têm, e também lhes serve de noute de lucerna, em lugar das candeias, velas alâmpadas, ou placas, de que não usam nem julgam necessárias. (DANIEL, 2004, p. 279-280).

Além de descrever a arquitetura das casas indígenas, o cronista também menciona a "casa do maricá", que serve tanto para as reuniões ou "conselhos de guerra" como para as festas e danças. O autor chega a mencionar *que "muitas nações vivem sobre lagos, ou no meio deles"*, as quais são as estearias[12], como hoje são conhecidas. Muito embora ele não mencione algum sítio onde tais habitações estejam, nem qual etnia tem esse hábito, ele argumenta que o motivo de tais povoações se localizarem no meio das águas é devido à *"grande fartura de tartarugas, bois marinhos e mais pescado; em outros é para estarem mais seguros dos assaltos dos seus inimigos"* (DANIEL, 2004, p. 280)

Como visto, mesmo desprezando os elementos que hoje chamamos cultura material indígena, o cronista os descreveu com o maior detalhe que sua memória permitia dentro da prisão. A partir do discurso de João Daniel é possível identificar de que forma os índios manipulavam os recursos naturais e principalmente os elementos de uma cultura material por eles produzida para atender seus desejos, vontades e interesses no âmbito das relações sociais e políticas por eles estabelecidas. Haveria uma economia indígena *sui generis*? É possível verificar isso a partir da análise crítica do discurso colonial de João Daniel? Pelo que foi demonstrado anteriormente, tudo indica que sim. Essa provocação deve nos fazer pensar que, a partir do que foi visto, muitas vezes ainda pensamos orientados pelo discurso colonial moderno. Mas os valores econômicos e materiais operados pelos índios eram bastante distintos dos europeus, que, por sua vez, são lidos como universais e em cuja presença todo o resto é desconsiderado ou considerado inexistente. Por isso, ainda hoje associamos aos índios, sobretudo amazônicos, uma cultura material pobre. Mas pobre para quem? Certamente, para ocidentais. Pelo que João Daniel descreveu, os índios valorizavam muito as suas armas de guerra, seus instrumentos de casa e os brasões de nobreza, muito embora não tenham sido considerados materiais válidos. Aparentemente, valorizavam tanto esses

[12] Os principais estudos são conduzidos pelo arqueólogo e professor Dr. Alexandre Guida Navarro, vinculado ao Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Maranhão, que tem publicado vários trabalhos individuais e coletivos, nacionais e internacionais, sobre o sítio (NAVARRO, 2018 a. 2018 b, 2019).

elementos materiais a ponto de serem a eles muito apegados, sendo que eles constituíam a sua verdadeira riqueza.

Considerações finais

Não há dúvidas de que o *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* do jesuíta João Daniel constitui uma obra de valor inestimável, seja pelo que dá a conhecer da história colonial da região, pelos detalhes das relações sociais indígenas e pela descrição dos materiais, da feitura ou fabricação e dos usos de alguns dos elementos da cultura material indígena em torno do rio Amazonas durante os séculos XVII e XVIII. Ainda que lacunar em vários pontos, em outros, o discurso do cronista é bastante complexo e afiado, o que não o diminui em nada, mas, na verdade, revela a originalidade de sua escrita, comprometida com a dimensão política e, de algum modo, empenhado em compreender os índios nas suas incontáveis facetas sociais e, sobretudo, materiais.

A vantagem de combinar descrição detalhada dos bens materiais indígenas com julgamentos de cunho civilizacional faz da crônica de João Daniel um verdadeiro tesouro para o leitor, seja ele leigo ou especialista. Se, contudo, o leitor não se contentar ou achar que, pelas falhas presentes ao longo do texto, a obra perde valor, “tenha paciência” diria o cronista (DANIEL, 2004, p. 292). Afinal, trata-se de uma obra escrita de memória durante 19 anos de prisão. O esforço intelectual de João Daniel de compreender as distâncias e aproximações entre as perspectivas de vida material indígena e portuguesa é um ponto fundamental. Quando se compreende o discurso colonial como algo mais do que simplesmente um mecanismo de dominação, mas também como arma de resistência ao poder vigente, é mais fácil entender o porquê do cronista demonizar a cultura indígena, em geral, e considerar “futilidades” e dotados de “rusticidade” os bens materiais produzidos pelos índios para atender às suas necessidades cotidianas, como o “arco e frecha”, bem como para regular suas relações sociais, quando apenas as filhas dos chefes podiam enfeitar-se de modo mais imponente com os colares de ossos humanos, por exemplo. Mas o

mesmo discurso colonial reconhece valor nos índios, na sua vida comunal e fraternal dentro da aldeia, na sua grande capacidade de aprendizado e na utilidade de suas canoas para o serviço dos brancos. Em todo caso, esse tipo de discurso contaminou por muito tempo a visão que se tem dos índios amazônicos, sem vida material complexa, o que não é verdade. O material de sua feitura pode ser perecível, mas sua produção, manuseio e significado eram bastante consistentes em suas relações sociais.

Portanto, o esforço de compreensão empreendido pelo cronista é tentar dar respostas aos prováveis leitores de seu tempo dos motivos que faziam com que os índios vivessem desta ou daquela maneira, de comerem com a mão e andarem nus, enquanto desprezam garfos, ouro e demais bens terrenos europeus. Para além da dimensão política da obra e das dinâmicas sociais indígenas e do relacionamento destes com os europeus, a dimensão material dessa história indígena foi relativamente bem documentada pelo cronista, mais um motivo pelo qual a crônica de João Daniel deve ser valorizada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R. C.. **Os Índios na História do Brasil**. 1a. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ARAÚJO, Marcos Dias de. **João Daniel e seu Tempo**: Tradição e a modernização na experiência jesuítica no período pombalino. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

AVELAR, Lucas Endrigo Brunozi. Ideologia e Tradição dos Usuários na Amazônia Colonial. **Outros Tempos**, vol. 14, n. 24, p. 247 – 265, 2017.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Observações ou Notas Ilustrativas dos Primeiros Três Capítulos da Parte Segunda do Thesouro Descoberto no Rio Amazonas. **Revista do IHGB**, Tomo V, 3ª ed. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & C., p. 275-311, 1885.

BOCCARA, Guillaume. Mundos Nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo: relectura de los processos coloniales de etnogénesis, etnificación y mestizaje en tiempos de globalización. **Mundo Nuevo Nuevos Mundos**, revista eletrônica. Paris, 2005. Disponível em <http://nuevosmundos.revues.org.426>. Acesso em 04/04/2013.

BOLTON, Herbert E. La misión como instituición de frontera en el septentrión de Nueva Espanha (1917). Estudios (nuevos y vejos) sobre la frontera. Anexo 4. **Revista de Índias**. Madri, CSIC, 1990.

BOXER, Charles R. **A Igreja Militante e a Expansão Ibérica, 1440-1770.** Tradução Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO JR. Almir Diniz. **Índios Cristãos***:* A conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769). Tese de Doutorado, UNICAMP, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil** (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DANIEL, João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**. V. 01, Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

FERGUSON, P. Brian & WHITEHEAD, Neil L. **War in Tribal Zone***:* Expanding States and Indigenous Warfare. Santa Fé, New Mexico: School of American Research Press, 1992.

GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio**: politicas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

_____. Dimensões da liberdade indígena: missões do Paraguai, séculos XVII-XVIII. **Revista Tempo**. Dossiê: Missões na América ibérica: Dimensões políticas e religiosas, v. 19, nº 35, p. 83-95, 2013.

JACKSON, Robert H. Missões nas fronteiras da América espanhola: análise comparativa. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 29, nº 02, p. 51-78, 2003.

LONDOÑO, Fernando Torres. Do Exílio, um Futuro para o Amazonas: João Daniel e o Aproveitamento das Riquezas do Rio. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, pp. 76-111, 2015.

MONTEIRO, John. **Tupis, Tapuias e Historiadores***:* Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de Livre Docência. Departamento de Antropologia, UNICAMP, 2001.

NAVARRO, Alexandre Guida. New evidence for late first-millennium AD stilt-house settlements in Eastern Amazonia. **Antiquity Publications** *Ltd*, v. 92, nº 366, p. 1586–1603, 2018.

_____. **As Estearias do Maranhão**: A pesquisa acadêmica do Laboratório de Arqueologia da UFMA. São Luís: EDUFMA, 2018.

_____ (org). **A Civilização Lacustre e a Baixada Maranhense**: da pré-história dos campos inundáveis aos dias atuais. São Luís: Café&Lápis, EDUFMA, 2019.

_____. DOMINGUEZ, Lourdes S. FUNARI, Pedro Paulo. (Orgs.) **Arqueología del Contacto em Latinoamérica**. 1ª ed. Jundiaí-SP: Paco / São Luís: EDUFMA, 2019.

O'GORMAN, Edmundo. Segunda Parte: O horizonte cultural. **A Invenção da América.** Reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir. Tradução de Ana Maria Martinez Corrêa, Manoel Lelo Belloto. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. pp. 71-96.

ORTELLI, Sara. **Trama de una guerra conveniente***:* Nueva Viscaya y la sombra de los apaches (1748-1790). Mexico, D.F. El Colégio de Mexico, Centro de Estudos Históricos, 2007.

PÁDUA, José Augusto **O tesouro de João Daniel** (As origens da ansiedade amazônica II). Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/jose-augusto-padua/17226-oeco-16832/>. Acesso em 05/01/2020.

PASCHOAL, Tainá Guimarães. O Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas (1741-1757) de João Daniel e a História da Alimentação. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, 2013.

PORRO, Antonio. Um 'tesouro' redescoberto: os capítulos inéditos da Amazônia de João Daniel. **Revista do ieb**, nº 43, p.127-147, 2006.

_____. *O Povo das Águas*: ensaios de etno-história amazônica. 2ª ed. Manaus: EDUA, 2017.

REDE, Marcelo. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, p. 281-291, 2003.

SALLES, Vicente. Apresentação. In: DANIEL, João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**. V. 01, Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

SANTOS, Nivaldo Germano dos. **Discórdias da Monarquia**: os poderes régio e episcopal no Estado do Maranhão, 1677-1750. Dissertação de mestrado, UFF, 2014.

SIEWIERSKI, Henryk. **Expulsão da Amazônia e a sua reconquista no Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas do Pe. João Daniel**. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca Nacional – MinC, 2008

_____. O Tesouro da Alteridade Amazônica na Obra do Padre João Daniel. **Revista Sentidos da Cultura** - Belém/Pará. V.1. N. 1. 2014.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. Moeda, Tesouro e Riqueza: Uma anatomia conceitual do mercantilismo britânico do século 17. **EST. ECON., SÃO PAULO**, v. 39, nº 3, 2009, p. 571-596.